

BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Estudo Técnico Preliminar 24/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 63105.000158/2026-79

2. Descrição da necessidade

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização para a prestação de serviços de telefonia fixa comutado (STFC) na modalidade local, longa distância nacional (LDN), longa distância internacional (LDI) e 06 links E1 Digitronco, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Apoio/Divisão de Telemática/ Seção de Telefonia	PAULO SÉRGIO DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Busca de redução de custos nos serviços de telefonia para Ligações Locais, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI).

Benefícios Diretos e Indiretos que resultarão da Contratação – A realização de licitação fará com que os valores cobrados para o serviço sejam menores do que os valores de mercado.

A contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) têm objetivo, garantir a continuidade do atendimento com serviço telefônico na Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ) e Organizações Militares apoiadas, de forma a suportar a telecomunicação por voz com os fornecedores e elementos internos e externos da administração pública atendendo às necessidades administrativas específicas, facilitando o acesso da sociedade ao Complexo Naval de Mocanguê e maximizando a eficiência dos serviços, buscando maior eficiência do processo e economicidade em ganho de escala, além de padronizar características técnicas buscando seguir as melhores práticas de mercado. Atualmente, o prazo de vigência desse contrato de telefonia fixa está atingindo o limite de 120 meses previsto no art. 107 da Lei 14.133/21.

Conexão entre a contratação e o planejamento existente – A Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ) é a Organização Militar no Complexo Naval de Mocanguê responsável, internamente, pela prestação de serviços telefônicos, por meio de uma Central Telefônica. Para suprir as despesas da contratação dos referidos serviços, ela recebe, anualmente, recursos financeiros destinados à prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), compreendendo chamadas entre telefones fixos e entre telefone fixo e móvel, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI).

Os itens estão conforme as modalidades do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Natureza do Serviço – Continuado.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizado levantamento de mercado e observou-se que a tecnologia mais adequada e empregada atualmente é a proposta nesse ETP.

6. Descrição da solução como um todo

A prestação de serviços de Telefonia Fixa possibilita chamadas locais de telefones fixos para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR), no caso de telefones fixos. Além de serviços nas modalidades de Longa Distância Nacional e Internacional (DDD e DDI).

A Contratação de empresa (s) para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades local, longa distância nacional e internacional, deverá atender a Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ). Utilizando-se dos mecanismos e equipamentos que já estão em utilização nesta Organização Militar, evitando-se a necessidade de contratação de serviços e/ou equipamentos adicionais. Contudo a empresa precisa ter viabilidade técnica para fornecimento do serviço através de fibra óptica.

Os acessos deverão disponibilizar, sem custo, as seguintes facilidades habilitadas, quando solicitado: identificação do chamador; linhas em grupo de busca automática e bloqueios padronizados conforme identificados abaixo:

- a) Sem Restrições;
- b) Bloqueio de DDI;
- c) Bloqueio de DDD, DDI, 0900, 0500, 0300;
- e) Bloqueio de Celular;
- f) Bloqueio Restrito – Só fala intragrupo;
- g) Bloqueio de recebimento de ligações a cobrar.

A natureza dos serviços de Telefonia Fixa da Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), é prestado de forma contínua que, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas desta Organização Militar, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, em conformidade com a definição estabelecida no art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 25 de maio de 2017.

Requisitos de Negócio:

O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade local, deverá ser prestado dentro da Área Local definida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);

Só serão aceitos Planos de Serviços homologados pela Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações;

A CONTRATADA deverá manter atendimento telefônico na modalidade 0800 para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando o CONTRATANTE e/ou a quem esta designar, um atendimento imediato;

Deverá ser informado imediatamente ao CONTRATANTE o número do protocolo para o chamado; e

As solicitações de reparos por falhas ou defeitos na prestação do serviço devem ser comunicadas aos canais de atendimento da CONTRATADA, preferencialmente por e-mail, e deverão ser sanadas em até 12h (doze horas), contadas do recebimento da solicitação, salvo situações excepcionais ou acordadas previamente com o CONTRATANTE.

Requisitos de Manutenção:

A CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias para funcionamento da solução;

Garantir que o serviço fornecido pela CONTRATADA deverá ser suficiente e necessário para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico;

Prever GARANTIA e SUPORTE TÉCNICO por parte da CONTRATADA no caso de falhas e total interrupção dos serviços;

As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis; e

Para o serviço telefônico, os parâmetros para a medição da qualidade são aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o do Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL- anexo I da Resolução nº 717/2019 da Anatel).

Requisitos de Segurança:

Atentar para a Normas Regulamentadoras nº 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e as Normas Regulamentadoras nº 35 (Trabalho em Altura), ambas do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais legislações e normas técnicas brasileiras que tratam sobre a prestação de serviços previsto no objeto deste termo.

Requisitos Ambientais e de infraestrutura:

Conformidade com as normas ambientais em observação a IN no 1/2010-SLTI/MPOG;

Para a perfeita execução dos serviços prestados, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;

A instalação dos equipamentos e componentes da solução deverá levar em consideração o ambiente e instalações existentes (espaço físico, sistema de refrigeração e de fornecimento de energia elétrica, dutos, eletrocalhas, entre outros elementos);

Os componentes fornecidos (equipamentos e acessórios) deverão proporcionar condições ideais de funcionamento no que diz respeito à disposição física, evitando problemas de refrigeração e de acesso físico aos equipamentos;

Caso o equipamento não encaixe adequadamente no rack da localidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer um dispositivo de adaptação ao rack (por exemplo bandeja de fixação em rack) para que os equipamentos não fiquem soltos ou apoiados sobre outros equipamentos da CONTRATANTE;

Caso não haja espaço suficiente no rack da CONTRATANTE para instalar os equipamentos necessários para realização da conexão, a CONTRATADA deverá fornecer, em regime de comodato, um rack para acomodar tais equipamentos;

As características do ambiente de instalação devem ser verificadas durante a vistoria a ser realizada para o dimensionamento das propostas; e

O presente processo deve estar aderente à Lei no 12.305/ 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Requisitos de Implantação:

Emissão de Ordem de Serviço pela CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá providenciar a ativação dos serviços e a configuração das rotas dentro dos prazos estipulados;

A migração do serviço atual para o novo operador deverá ocorrer de forma rápida, considerando que os serviços são críticos; e

A CONTRATADA deverá realizar todas as etapas de teste antes da migração, como também preparar a portabilidade dos números, (faixa DDR = 21 2189-1000 à 21 2189-1999 e 21 2189-4700 à 21 2189-4799).

Requisitos de Segurança da Informação:

Exigência de Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e o Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação.

Requisitos de Garantia e Assistência Técnica:

A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela manutenção dos aparelhos, nos termos abaixo, pelo tempo da contratação, excluindo-se os casos de perda, roubo ou dano por responsabilidade do usuário;

A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica aos aparelhos fornecidos em comodato durante o período do contrato, da seguinte forma no caso de defeitos não ocasionados por mau uso, o reparo ou substituição dos aparelhos deverá ser feito em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação à CONTRATADA, e não pode representar nenhum ônus para a CONTRATANTE. A fim de verificar o tipo de defeito a CONTRATANTE deverá levar o aparelho à empresa autorizada para emissão de laudo; e

A CONTRATADA deverá avaliar as condições da rede elétrica do local da instalação, sendo responsável pela implantação por dispositivos de proteção ao aparelho (nobreak), caso necessário.

Requisitos de Portabilidade:

Aplica-se a este TERMO DE REFERÊNCIA a Resolução no 750 da ANATEL, de 15 de março de 2022, que dispõe sobre o Regulamento Geral de Portabilidade (RGP);

O CONTRATANTE poderá solicitar a portabilidade numérica conforme listagem a ser apresentada após a contratação, devendo a CONTRATADA manter os números utilizados, sem ônus e independentemente da operadora a que esteja atualmente vinculado;

A faixa numérica atualmente disponível para a Base Naval do Rio de Janeiro são de 1100 DDRs , sendo: (21) 2189-1000 à (21) 2189-1999 e (21) 2189-4700 à (21) 2189-4799;

A janela de transição da portabilidade deverá ser realizada das 19:00 às 8:00 horas nos dias úteis, devendo a data que será realizada ser submetida à aprovação do CONTRATANTE;

A Portabilidade de todas as linhas deverá estar completa em até 30 dias a contar da data de início da vigência contratual; e

A CONTRATADA deverá fazer a transição das instalações para a nova CONTRATADA de forma a manter o serviço 100% operacional. Neste período, à medida que a nova CONTRATADA realizar a instalação e ativação de um novo circuito, o circuito correspondente da CONTRATADA ATUAL deverá ser desligado, desta forma não ocorrendo pagamento em duplicidade. Os circuitos desligados corresponderão à redução de valores na fatura.

Requisitos de Prazo:

Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99,50% (noventa e nove por cento e cinquenta centésimos) apurado por enlace digital, salvaguardados os casos de interrupções programadas;

Na hipótese de ocorrência de interrupção total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas em Troncos Digitais, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em, no máximo 12 (doze) horas úteis;

Na hipótese de ocorrência de interrupção parcial de prestação de serviço em Troncos Digitais, por intermitência, falha de encaminhamento ou falha de facilidades, os reparos deverão ser efetuados e o serviço restabelecido em, no máximo 36 (trinta e seis) horas;

A entrega e ativação dos serviços contratados deverá ocorrer em no máximo 30 (trinta) dias, a contar da data de início da vigência contratual, dentro do qual a CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias em sua rede, ressaltando a importância de um plano de trabalho antes do início da execução dos serviços, contendo inclusive o cronograma estabelecendo a previsão de instalação; e

Devendo o serviço ser prestado na Base Naval do Rio de Janeiro, localizada no seguinte endereço, Ilha de Mocanguê s/nº, bairro Centro, na cidade de Niterói – RJ, no horário das 08:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição das quantidades a serem adquiridas foi calculada em função de utilização provável de cada item do objeto, ao longo de 12 meses, que atenderá as demandas advindas da Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), conforme preconiza o art. 40, inciso III, da Lei 14.133/21, tendo como base o consumo referente ao período de janeiro de 2022 a dezembro de 2022, acrescido de uma margem de segurança aproximada de 25%.

O referido dimensionamento foi apurado através de dados do Sistema de Tarifação do PABX da BNRJ, compreendidas no período supracitado, no qual se obteve a média de minutos utilizados anualmente, onde está descrito na planilha em anexo ao processo.

A contratação mostra-se tecnicamente viável e necessária, tendo em vista que o Serviço Telefônico Fixo Comutado constitui serviço essencial e contínuo ao funcionamento das atividades institucionais da Base Naval do Rio de Janeiro, cuja interrupção comprometeria a prestação do serviço público e o cumprimento da missão administrativa.

O levantamento de mercado demonstrou que a solução proposta corresponde à tecnologia atualmente empregada e adequada, compatível com a infraestrutura existente, dispensando investimentos adicionais relevantes e assegurando eficiência operacional. As quantidades estimadas baseiam-se em dados históricos de consumo extraídos do sistema de tarifação do PABX, acrescidos de margem de segurança, evidenciando metodologia objetiva e fundamentada.

Sob o aspecto econômico, a realização de procedimento licitatório possibilitará a seleção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência. Ademais, a contratação por fornecedor único revela-se tecnicamente justificada, considerando a integração necessária entre os serviços e o meio físico de prestação, sob pena de oneração e prejuízo operacional.

Não foram identificados impactos ambientais relevantes nem necessidade de providências prévias de adequação, circunstâncias que reforçam a imediata exequibilidade da solução.

Conclusão: à vista dos elementos técnicos, operacionais e econômicos constantes do estudo, conclui-se pela plena viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do feito.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A proposta/lance deverá ser apresentada pelo valor total global mensal no período de 12 (doze) meses. Será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) empresa(s) que apresentar(em) o(s) menor(es) preço(s) GLOBAL no período de 12 (doze) meses. Após a fase de lances, a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame deverá(ão) encaminhar Proposta de Preços, preenchida integralmente.

Todo e qualquer acréscimo de serviço, somente poderá ser executado após autorização expressa da BNRJ à CONTRATADA. A BNRJ não se responsabilizará por acréscimo de serviços executados sem a sua devida autorização.

A(s) empresa(s), para apresentar(em) sua(s) proposta(s), deverá(ão) ter conhecimento total dos serviços que deverão prestar, posto que a BNRJ não concordará com alegações posteriores e acréscimos ao valor do contrato baseados no desconhecimento de tais cláusulas contratuais, visto que esses custos deverão estar incluídos nas propostas.

É permitida a subcontratação de empresa para a execução dos serviços por parte da CONTRATADA mediante a aprovação da CONTRATANTE.

Na Planilha de Formação de Preços abaixo os valores foram estimados da seguinte forma:

NR ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO		QTD	UF	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	Assinatura de 06 (SEIS) link digital E1 interligado ao PABX do contratante com 30 (trinta) canais (troncos) digitais cada.	27731	12	SV	R\$ 8.732,87	R\$ 104.794,45
2	Assinatura de 1100 (mil e cem) ramais DDR, no formato MCDU	26093	12	SV	R\$ 11.008,77	R\$ 132.105,20
3	Serviço de Instalação	26085	1	SV	R\$ 3.428,17	R\$ 3.428,17
4	Ligação local Fixo-Fixo	26115	100.000	MINUTO	R\$ 0,77	R\$ 76.520,00
5	Ligação Longa Distância Nacional (LDN)	26131	30.000	MINUTO	R\$ 0,98	R\$ 29.272,00
6	Ligação local Fixo-móvel (VC1)	26123	50.000	MINUTO	R\$ 0,19	R\$ 9.298,33
7	Ligação longa distância Fixo-móvel (VC2)	26140	25.000	MINUTO	R\$ 0,28	R\$ 6.926,67
8	Ligação longa distância Fixo-móvel (VC3)	26140	25.000	MINUTO	R\$ 0,29	R\$ 7.343,33
9	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Estados Unidos	26158	100	MINUTO	R\$ 1,12	R\$ 112,06
10	Ligação longa Distância Internacional (LDI) Europa	26158	100	MINUTO	R\$ 1,12	R\$ 112,06
11	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) América do Sul, Norte e Central (exceto cuba)	26158	50	MINUTO	R\$ 1,12	R\$ 56,03
12	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) Ásia, África, Oceania, Antártica (exceto São Tomé e Príncipe, Garcia, Timor Leste e ilhas Nauru)	26158	50	MINUTO	R\$ 1,15	R\$ 57,46
13	Ligação longa Distância Internacional (LDI) Cuba	26158	50	MINUTO	R\$ 1,15	R\$ 57,46
14	Ligação Longa Distância Internacional (LDI) São Tomé e Príncipe	26158	50	MINUTO	R\$ 1,15	R\$ 57,46
15	Longa Distância Int.(LDI) Diego Garcia, Timor Leste e Ilhas Nauru	26158	50	MINUTO	R\$ 1,15	R\$ 57,46

O custo estimado total anual da contratação é de R\$ 370.198,13 (trezentos e setenta mil, cento e noventa e oito reais e treze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os serviços de telefonia fixa NÃO admitem parcelamento sem onerar ou dificultar a sua prestação, uma vez que cada serviço (item) depende de um mesmo meio físico provido pela operadora para disponibilizar os serviços aos clientes finais. Segregar estes serviços implicaria em ônus excessivo, que seria refletido de forma negativa no preço deles, pois seria necessário a construção de diversos meios físicos para realizar o mesmo acesso a fim de prestar o serviço ou ainda teria que se realizar o compartilhamento de um mesmo meio físico para mais de uma operadora a fim de que os serviços pudessem ser viabilizados, o qual não costuma ser uma prática de mercado.

A opção pelo não parcelamento deve-se à peculiaridade dos serviços a serem contratados, que demandam emprego de tecnologia específica e padronizada. Desta forma, para fins de economicidade, eficiência e eficácia na prestação do serviço pleiteado é indispensável que todos os itens sejam ofertados por uma única Contratada, uma vez que estão relacionados de forma intrínseca.

Assim, com o fornecedor único, responsável pela integração de todos os componentes do sistema e pela manutenção da estabilidade e operacionalidade de toda a solução, a Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a um único mantenedor de todo o ambiente instalado. Há um único interlocutor na gestão dos contratos e um único procedimento de chamada de assistência técnica durante o período de garantia, propiciando agilidade na resolução de problemas – com economicidade – advindos de falhas de equipamentos ou outros eventos relacionados ao contrato de fornecimento e prestação de serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há licitações correlatas

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As Forças Armadas estão dispensadas da obrigatoriedade de utilização do Plano Anual de Contratações (PAC). Conforme disposto no § 2º do art. 1º do Decreto nº1.094, de 23 de março de 1994, as Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, a Instrução Normativa nº 01/2019 que dispõe sobre o PAC.

12. Resultados Pretendidos

Pretende-se que seja selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração, tanto em relação aos custos quanto em relação aos aspectos técnicos e de eficiência durante todo o processo.

Prestação de serviços de telecomunicações com vantagens financeiras e qualitativas para o erário, com vistas ao custo-benefício favorável, através de valores tarifários diferenciados e padronizados, em acordo com o princípio da economicidade.

Garantir a continuidade da prestação dos serviços de telefonia no âmbito do Complexo naval de Mocanguê, com qualidade e eficiência.

13. Providências a serem Adotadas

O presente contrato não necessita de providências prévias a serem adotadas tais como treinamento ou qualquer outra aquisição ou adequação no ambiente, visto que a Base Naval do Rio de Janeiro e suas Organizações Militares, já possuem o mesmo serviço sendo prestado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O presente contrato não tem impacto ambiental, considerando que ele não gera resíduos ou lixo eletrônico para o ambiente. A contratada deverá observar a legislação em vigor referente a sua atividade interna e tais requisitos serão previstos no instrumento convocatório.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se tecnicamente viável e necessária, tendo em vista que o Serviço Telefônico Fixo Comutado constitui serviço essencial e contínuo ao funcionamento das atividades institucionais da Base Naval do Rio de Janeiro, cuja interrupção comprometeria a prestação do serviço público e o cumprimento da missão administrativa.

O levantamento de mercado demonstrou que a solução proposta corresponde à tecnologia atualmente empregada e adequada, compatível com a infraestrutura existente, dispensando investimentos adicionais relevantes e assegurando eficiência operacional. As quantidades estimadas baseiam-se em dados históricos de consumo extraídos do sistema de tarifação do PABX, acrescidos de margem de segurança, evidenciando metodologia objetiva e fundamentada.

Sob o aspecto econômico, a realização de procedimento licitatório possibilitará a seleção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência. Ademais, a contratação por fornecedor único revela-se tecnicamente justificada, considerando a integração necessária entre os serviços e o meio físico de prestação, sob pena de oneração e prejuízo operacional.

Não foram identificados impactos ambientais relevantes nem necessidade de providências prévias de adequação, circunstâncias que reforçam a imediata exequibilidade da solução.

Conclusão: à vista dos elementos técnicos, operacionais e econômicos constantes do estudo, conclui-se pela plena viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do feito.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO ALVES MACHADO JUNIOR

Membro da comissão de contratação

PAULO SERGIO DA SILVA

Supervisor

RAFAEL ALLAN BRUM NEVES

Encarregado do Departamento de Telecomunicações

JORGE DE OLIVEIRA ANTUNES JUNIOR

Comandante